



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 11/06/18

Elaine
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Amário Neto

para relatar.

Em 12/06/18

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 43, DE 05 DE JUNHO DE 2018. PROCESSO Nº
17376/2018:

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE
COBRANÇA DE TAXA DE RELIGAÇÃO
OU RESTABELECIMENTO DO
SERVIÇO DE ÁGUA E ENERGIA
ELÉTRICA NO ÂMBITO DO ESTADO
DO PIAUÍ, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Deputado **FÁBIO NOVO**

1 – RELATÓRIO

O referido Projeto de Lei Ordinária que visa Proibir a cobrança de taxa de religação ou restabelecimento do serviço de água e energia elétrica no âmbito do Estado do Piauí, e dá outras providências, projeto esse de autoria do nobre Deputado Rubem Martins, está tramitando pela Comissão de Constituição e Justiça, onde apresentaremos a análise de tal projeto.

Nesse caso específico, o autor justificou, entre outros argumentos, que a via de cobrança natural, dentro do Estado Democrático de Direito, é a judicial, com obediência sempre ao devido processo legal, não podendo, portanto, o contribuinte ser submetido ao constrangimento, pois os inadimplentes já sofrem as cominações legais, como os juros, multas e correções monetárias, e ainda de forma abusiva são obrigados a pagarem os custos do corte do fornecimento em sua residência, sendo, portanto, uma conduta tipicamente abusiva.

Por fim, viu-se que essa proposição chega à Comissão de Constituição e Justiça para emitir parecer nos termos regimentais.

Esse é o relatório.

2 – VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir o parecer por observância dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

Ao analisar a matéria, entendo igualmente ser necessária a proibição de cobrança de religação ou restabelecimento do serviço de água e energia elétrica no âmbito do Estado do Piauí, na medida em que essa decisão proporciona-



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

rá menos constrangimentos à população, principalmente a mais carente, pois o Código de Defesa do Consumidor está sendo burlado, quando prevê no artigo 42, que o consumidor não será exposto ao ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça, onde mesmo após o pagamento dos débitos ainda é cobrada a taxa para religação como se os consumidores ainda estivessem inadimplentes.

À vista do exposto, em razão da relevância dessa matéria para o Estado, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei encaminhado pelo Exmo. Deputado Rubem Martins.

Este é o meu parecer.

3 – PARECER DA COMISSÃO



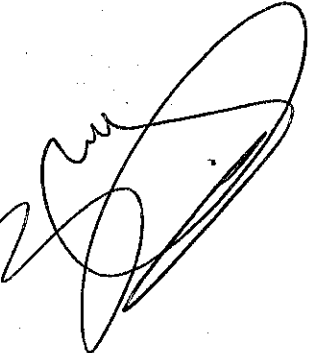
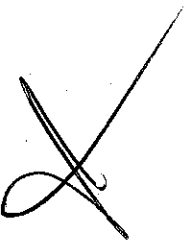
Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovação
- b) Pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ. TERESINA, 05 de julho 2018.


Deputado **FÁBIO NOVO**
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
EM, 27 / 07 / 18
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça